



Revista
Educar Mais

Progressão parcial na modalidade semipresencial como possibilidade de minimizar os índices de evasão e reprovação no IFSul

Partial Progression in the Blended Learning Modality as a Possibility to Minimize Dropout and Failure Rates at IFSul

Progresión Parcial en la Modalidad Semipresencial como Posibilidad para Minimizar los Índices de Deserción y Reprobación en el IFSul

João Francisco de Castro Collares¹  • Fernando Augusto Treptow Brod² 

RESUMO

A investigação desenvolvida neste trabalho se alinha à busca por informações que contribuam para um delineamento consistente do processo de oferecimento da Progressão Parcial (PP), concebida como alternativa relevante para minimizar os elevados índices de evasão e reprovação no Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas. O estudo apresenta uma descrição do funcionamento atual da PP, destacando suas fragilidades e potencialidades. Com base na legislação educacional vigente e na análise das práticas docentes, propõe-se uma resignificação da PP, orientada à promoção de aprendizagens que viabilizem a recuperação dos conhecimentos ainda não consolidados pelos estudantes. O estudo busca, ainda, oferecer subsídios para a regulamentação da Progressão Parcial, com foco na introdução de práticas pedagógicas pautadas em metodologias ativas, integradas à Modalidade Semipresencial e à customização da Plataforma AVA-Institucional. De forma complementar, o estudo contempla a Recuperação Paralela (RP), entendida como prática de suporte preventivo, capaz de reduzir o número de estudantes em reavaliação, em Progressão Parcial, em situação de reprovação ou em evasão. O produto final resultante deste trabalho consiste na elaboração de um guia de referência como produto educacional, o qual oferece diretrizes para a implementação da Progressão Parcial e da Recuperação Paralela no contexto do IFSul – Câmpus Pelotas. Essa proposta contempla estratégias pedagógicas ajustadas à realidade do ensino semipresencial, por meio da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional e de tecnologias educacionais, com o objetivo de qualificar a formação docente, otimizar os processos de ensino-aprendizagem na Educação Básica e contribuir para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes.

Palavras-chave: Recuperação Paralela; Recuperação Parcial; Ensino Semipresencial; Plano de Intervenção Pedagógica; Metodologias Ativas; Permanência e Êxito.

ABSTRACT

The research developed in this study aligns with the search for information that contributes to a consistent design of the process for offering Partial Progression (PP), conceived as a relevant alternative to minimize the high rates of dropout and failure at the Federal Institute of Southern Rio Grande – Pelotas Campus (IFSul). The study presents a description of the current functioning of PP, highlighting its weaknesses and

¹ Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas – Visconde da Graça e Docente do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), Câmpus Pelotas, Pelotas/RS – Brasil. E-mail: castrocollares@gmail.com

² Doutor em Educação em Ciências e Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Tecnologias na Educação (PPGCITED) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Câmpus Pelotas - Visconde da Graça (IFSul/CaVG), Pelotas/RS - Brasil. E-mail: fernandobrod@ifsul.edu.br

potential. Based on current educational legislation and the analysis of teaching practices, a redefinition of PP is proposed, aimed at promoting learning that enables the recovery of knowledge not yet consolidated by students. The study also seeks to provide support for the regulation of Partial Progression, focusing on the introduction of pedagogical practices grounded in active methodologies, integrated into the blended learning modality and the customization of the Institutional Virtual Learning Environment (AVA). Additionally, the study addresses Parallel Recovery (RP), understood as a preventive support practice capable of reducing the number of students undergoing re-evaluation, in Partial Progression, failing, or dropping out. The final product resulting from this work consists of the development of a reference guide as an educational product, which offers guidelines for implementing Partial Progression and Parallel Recovery within the context of IFSul – Pelotas Campus. This proposal includes pedagogical strategies adapted to the reality of blended learning through the use of the institutional AVA and educational technologies, with the aim of enhancing teacher training, optimizing teaching and learning processes in Basic Education, and contributing to student retention and academic success.

Keywords: *Parallel Recovery; Partial Recovery; Blended Learning; Pedagogical Intervention Plan; Active Methodologies; Retention and Success.*

RESUMEN

La investigación desarrollada en este trabajo se alinea con la búsqueda de información que contribuya a un diseño coherente del proceso de oferta de la Progresión Parcial (PP), concebida como una alternativa relevante para minimizar los altos índices de deserción y reprobación en el Instituto Federal del Sur de Rio Grande – Campus Pelotas (IFSul). El estudio presenta una descripción del funcionamiento actual de la PP, destacando sus debilidades y potencialidades. Con base en la legislación educativa vigente y en el análisis de las prácticas docentes, se propone una resignificación de la PP, orientada a la promoción de aprendizajes que permitan la recuperación de conocimientos aún no consolidados por los estudiantes. El estudio también busca ofrecer subsidios para la reglamentación de la Progresión Parcial, con énfasis en la introducción de prácticas pedagógicas basadas en metodologías activas, integradas a la modalidad semipresencial y a la personalización de la Plataforma AVA Institucional. De manera complementaria, el estudio aborda la Recuperación Paralela (RP), entendida como una práctica de apoyo preventivo capaz de reducir el número de estudiantes en reevaluación, en Progresión Parcial, en situación de reprobación o deserción. El producto final resultante de este trabajo consiste en la elaboración de una guía de referencia como producto educativo, que ofrece directrices para la implementación de la Progresión Parcial y la Recuperación Paralela en el contexto del IFSul – Campus Pelotas. Esta propuesta contempla estrategias pedagógicas ajustadas a la realidad de la enseñanza semipresencial, mediante el uso del AVA institucional y tecnologías educativas, con el objetivo de cualificar la formación docente, optimizar los procesos de enseñanza y aprendizaje en la Educación Básica y contribuir a la permanencia y al éxito académico de los estudiantes.

Palabras clave: *Recuperación Paralela; Recuperación Parcial; Enseñanza Semipresencial; Plan de Intervención Pedagógica; Metodologías Activas; Permanencia y Éxito.*

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emergiu da inquietação do pesquisador, fruto de sua longa trajetória administrativo-pedagógica no Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas, ao constatar que a Progressão Parcial (PP), em sua forma vigente, não atende aos preceitos legais nem contribui efetivamente para a recuperação das aprendizagens não consolidadas pelos discentes. Longe de constituir uma prática pedagógica justa e eficiente, a PP tem sido ofertada de forma desigual entre os estudantes da mesma instituição, o que fragiliza seu potencial de assegurar o direito de aprender e de minimizar os altos índices de evasão e reprovação.

Inspirado pela legislação educacional vigente, especialmente pela LDB nº 9394/96 e os Pareceres CNE/CEB nº 12/1997 e nº 22/2000, o estudo busca ressignificar a prática da Progressão Parcial, propondo sua regulamentação por meio da introdução de metodologias ativas e do uso de tecnologias

digitais da informação e comunicação (TDIC), no formato semipresencial. Parte-se do princípio de que a aprendizagem deve ser o centro do processo educativo, sendo necessário o planejamento de itinerários individualizados de estudo que recuperem, de forma significativa, os saberes não assimilados.

Além disso, a pesquisa considera a importância da personalização do percurso formativo, da valorização do diagnóstico pedagógico e da construção de Planos de Intervenção Pedagógica (PIP) específicos, concebidos em parceria entre docentes, coordenação de curso e supervisão pedagógica. Assim, propõe-se instituir práticas de recuperação que respeitem o perfil de cada aluno e garantam efetivas condições de permanência e êxito acadêmico, utilizando-se, inclusive, da potencialidade oferecida pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-Institucional) como suporte à mediação pedagógica.

Dessa forma, o trabalho propõe um novo olhar sobre a Progressão Parcial, compreendendo-a como um direito de continuidade formativa e instrumento de equidade educacional no IFSul – Câmpus Pelotas.

2. PROBLEMATIZAÇÃO DA PROGRESSÃO PARCIAL NO IFSUL-PL

Este capítulo apresenta uma análise crítica sobre a forma como a Progressão Parcial (PP) tem sido praticada no Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas, com base em uma trajetória extensa nas funções de docência, orientação educacional, supervisão pedagógica e gestão acadêmica. Constatou-se que, embora prevista na Organização Didática, a Progressão Parcial tem sido implementada sob a forma de dependência, em desacordo com os preceitos legais expressos no Parecer CNE/CEB nº 22/2000, comprometendo o princípio do direito à aprendizagem.

A análise evidenciou múltiplas fragilidades no modelo vigente, tais como retenções indevidas, evasão escolar, desestímulo à permanência e ausência de tratamento isonômico entre os discentes. Casos concretos revelam que estudantes, mesmo após trajetórias de insucesso no regime de dependência, alcançaram êxito acadêmico e profissional por outros caminhos, demonstrando o potencial não contemplado por um modelo rígido e excludente. Também foram identificadas incoerências no sistema, como a exigência de cursar integralmente disciplinas em que o estudante já havia obtido aprovação parcial, sem aproveitamento automático dos estudos realizados com êxito.

Apesar dos entraves, foram identificadas iniciativas pontuais de flexibilização pedagógica, como a adoção de planos de estudos individualizados e o uso de metodologias semipresenciais, que possibilitaram a recuperação focada de conteúdo não assimilados. Tais práticas demonstraram maior efetividade na promoção da aprendizagem, embora ainda dependam da interpretação e da iniciativa de cada docente, revelando a necessidade de regulamentação institucional padronizada.

O cenário de ensino remoto emergencial (ERE), implementado durante a pandemia da Covid-19, destacou o potencial das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para ampliar a mediação pedagógica e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem. Essas experiências reforçaram a viabilidade de se construir uma proposta inovadora de Progressão Parcial, que valorize o direito de aprender com dignidade e equidade.

3. O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Este capítulo apresenta os fundamentos legais e normativos que sustentam a proposta de Progressão Parcial, com o objetivo de demonstrar sua legitimidade jurídica e a necessidade de sua correta implementação no âmbito do IFSul. Parte-se do entendimento de que a Constituição Federal de 1988 consagra a educação como um direito de todos, enfatizando o acesso, a permanência e o êxito como garantias fundamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), por sua vez, em seu artigo 24, inciso III, prevê expressamente a possibilidade de progressão parcial em instituições que adotam o regime seriado, desde que respeitada a sequência do currículo e as normas do sistema de ensino.

A análise evidencia que a LDB/96 representou um avanço em relação à legislação anterior (Lei nº 5.692/71), ao deixar de limitar o número de disciplinas em regime de progressão, possibilitando maior flexibilidade curricular e foco na aprendizagem do estudante. Nesse sentido, os Pareceres CNE/CEB nº 12/1997, nº 22/2000 e nº 24/2003 são utilizados como base para destacar a ruptura com a cultura da reprovação e a necessidade de assegurar ao aluno condições reais de recuperação de saberes não consolidados.

O Parecer CNE/CEB nº 22/2000, em especial, orienta que os critérios de progressão devem considerar a aprendizagem como eixo central do processo educativo, promovendo a superação das dificuldades com estratégias pedagógicas adequadas. Também se destaca o Decreto nº 6.094/2007, que reforça a Progressão Parcial como instrumento para combater a repetência, ao lado de outras práticas como aulas de reforço e recuperação paralela.

No âmbito institucional, examina-se a Organização Didática (O.D.) do IFSul, aprovada pela Resolução nº 90/2012, observando-se que ainda utiliza o termo “dependência” para designar a Progressão Parcial, revelando descompasso com as orientações mais recentes do CNE. Além disso, constata-se que o regimento vigente impõe condicionantes que dificultam o pleno exercício do direito à Progressão Parcial, como a exigência de frequência e aprovação em todas as dependências do período anterior para avanço no curso.

Diante disso, o estudo propõe a revisão e atualização da O.D., com a substituição do termo “dependência” por “Progressão Parcial” e a adequação dos dispositivos normativos à legislação educacional atual. Essa atualização deve garantir tratamento igualitário entre os discentes, respeitar os princípios do direito à aprendizagem e incorporar práticas pedagógicas que favoreçam a recuperação efetiva de conteúdos, inclusive por meio do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e do AVA-Institucional.

4. CONTEXTO DO ESTUDO: HISTÓRICO DO IFSUL

Compreender o ambiente institucional em que a pesquisa se insere é fundamental para analisar as práticas educacionais adotadas e propor caminhos de transformação. Nesse sentido, o estudo traz um panorama histórico do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), com ênfase no Câmpus Pelotas, onde se desenvolveu a presente investigação.

A trajetória do IFSul remonta à criação da Escola de Aprendizes Artífices de Pelotas em 1917, passando por diversas reformulações institucionais, como Escola Técnica Federal e CEFET-RS, até sua consolidação como Instituto Federal em 2008, com base na Lei nº 11.892. Ao longo desse

percurso, a instituição tornou-se referência no ensino técnico e tecnológico, promovendo formação cidadã e contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional.

O Câmpus Pelotas, unidade central dessa história, oferece ampla variedade de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, estruturados em diferentes eixos tecnológicos. Embora disponha de sólida infraestrutura e um corpo docente qualificado, a unidade enfrenta desafios persistentes relacionados à evasão, retenção e reprovação, sobretudo nos cursos técnicos.

A pesquisa dialoga diretamente com esse contexto, identificando a necessidade de reavaliar práticas normativas e pedagógicas, entre elas a forma como a Progressão Parcial tem sido concebida e aplicada. Propõe-se, assim, uma reorganização desse dispositivo, de modo a ampliar suas possibilidades como mecanismo de recuperação de aprendizagens e como alternativa concreta de permanência e sucesso escolar.

Reconhecendo o valor histórico e institucional do IFSul, especialmente do Câmpus Pelotas, defende-se que avanços na política educacional interna devem partir da escuta das demandas da comunidade acadêmica e da atualização das normativas à luz das diretrizes legais vigentes, com vistas a assegurar o direito de aprender a todos os estudantes.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO

A educação é compreendida como um processo de transformação que ocorre na convivência entre os sujeitos, sendo esse convívio o espaço privilegiado para o desenvolvimento humano. Essa concepção, defendida por Maturana (2006), considera a educação como uma transformação estruturante que se expressa na história do viver em conjunto, configurando um modo particular de existir em sociedade.

Sob essa perspectiva, educar envolve respeitar e aceitar o outro, reconhecendo que cada indivíduo é um observador distinto, e que não há um único mundo, mas múltiplos mundos possíveis, como afirma Maturana (1997). Cada sala de aula, portanto, é um espaço singular de experiências, reflexões e significados. O processo educativo deve considerar tais subjetividades e buscar desenvolver capacidades plenas, orientadas por valores como o respeito, a solidariedade e o amor, que, segundo o autor, constitui a base do viver humano (MATURANA, 2009).

As rápidas transformações sociais, culturais e tecnológicas do mundo contemporâneo impõem novos desafios à prática educativa. A escola tradicional, com sua estrutura centrada na aula expositiva e na transmissão de conteúdos, já não atende às necessidades dos estudantes. Nesse contexto, torna-se necessário repensar as formas de ensinar e aprender, incorporando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas no processo formativo (Behar, 2009).

A utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) emerge como alternativa viável para promover interatividade, autonomia e colaboração, especialmente em propostas de ensino semipresencial ou remoto. Tais ambientes, conforme afirmam Nascimento e Sainz (2017), possibilitam a construção do conhecimento em outra modalidade, contribuindo para a superação dos métodos tradicionais. No entanto, alerta-se que a tecnologia, por si só, não garante aprendizagem. É necessário planejamento pedagógico que integre conteúdos, estratégias e recursos de forma coerente aos objetivos formativos.

Segundo Behar (2009), a elaboração de modelos pedagógicos para o ensino mediado por tecnologia exige considerar competências específicas, como autonomia, disciplina, comunicação escrita e uso adequado dos recursos tecnológicos. Além disso, o papel do professor continua sendo central: cabe a ele estimular o diálogo, mediar a aprendizagem e refletir criticamente sobre sua prática. Mizukami (2004) reforça que ensinar exige um conjunto de compreensões, habilidades e disposições que devem ser mobilizadas conforme o contexto.

Nesse sentido, a proposta de Progressão Parcial apresentada neste estudo fundamenta-se na articulação entre os princípios pedagógicos humanistas e o uso das tecnologias digitais como ferramentas de apoio. A intenção é oferecer ao estudante condições reais de superar dificuldades e recuperar aprendizagens não consolidadas, promovendo sua permanência e êxito no percurso educacional.

6. PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de investigar a eficácia e a viabilidade de uma proposta alternativa ao regime de dependência tradicional, optou-se por uma abordagem qualitativa, que permite compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências no processo educativo. Para isso, adotou-se o estudo de caso como estratégia metodológica, a fim de se analisar em profundidade uma experiência específica: a aplicação da Progressão Parcial com base em atividades semipresenciais e uso de tecnologias digitais no IFSul – Câmpus Pelotas.

O referencial metodológico apoiou-se em Yin (2010), que justifica o estudo de caso como método apropriado quando se busca compreender um fenômeno dentro de seu contexto real. A pesquisa concentrou-se em alunos que vivenciaram situações de dependência, em professores diretamente envolvidos no processo de recuperação de saberes e em gestores pedagógicos da instituição.

Para a coleta e interpretação dos dados, empregou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), conforme proposta por Lefèvre e Lefèvre (2005), que possibilita a reconstrução dos discursos dos participantes em enunciados-síntese, formulados na primeira pessoa do singular, mas representando a coletividade. Essa metodologia foi selecionada por permitir a exposição de pensamentos, percepções e sentimentos de forma clara, sem que se perdesse o caráter coletivo das representações sociais.

A seleção dos sujeitos foi intencional, buscando-se representatividade de três segmentos: estudantes em situação de dependência, docentes da área de Matemática e membros da equipe pedagógica. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com questões abertas distribuídas em blocos temáticos que abordavam: a experiência com a dependência, as dificuldades enfrentadas, a receptividade às tecnologias educacionais, e sugestões para melhoria da trajetória escolar dos discentes.

Os dados obtidos permitiram a construção de categorias de análise que fundamentaram a formulação do Produto Educacional proposto. A metodologia delineada revelou-se adequada para o objetivo da pesquisa, contribuindo para uma compreensão crítica dos limites da dependência tradicional e das potencialidades do uso das TDICs na recuperação de saberes, com base nos princípios da equidade e do respeito à trajetória individual de cada aluno.

7. PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA DE REFERÊNCIA – PROGRESSÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO PARALELA NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

O Produto Educacional elaborado no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino visa materializar uma resposta concreta a um problema pedagógico identificado no contexto da Educação Básica, especialmente no que se refere aos regimes de Progressão Parcial e Recuperação Paralela. Esse desenvolvimento está fundamentado na proposta dos Mestrados Profissionais, que têm como foco a aplicação de conhecimentos em contextos reais de ensino, conforme estabelecido pela CAPES (BRASIL, 2019) e por autores como Moreira (2009), Buss et al. (2021) e Gomes et al. (2013).

A construção do Produto teve como base uma investigação sobre as diferenças entre o Mestrado Acadêmico e o Mestrado Profissional, sendo este último voltado à qualificação docente com ênfase em pesquisa aplicada e desenvolvimento de práticas educacionais. No caso específico do Mestrado Profissional em Ensino, o processo investigativo se inicia com a identificação de um problema didático ou pedagógico, cuja solução é formalizada por meio de um Produto Educacional que visa à melhoria da prática docente e da aprendizagem.

A proposta parte da compreensão de que a Progressão Parcial não representa o recomeço do processo educativo, mas sim uma retomada personalizada dos conteúdos não consolidados, permitindo ao aluno avançar a partir de sua base pré-existente de conhecimento. Para isso, propõe-se o uso de metodologias semipresenciais e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), especialmente o Moodle, para viabilizar essa abordagem de forma acessível, flexível e centrada no aluno.

O Guia de Referência³ – Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial surge como resultado dessa reflexão, estruturado para orientar professores da Educação Básica no uso das TICs e no desenvolvimento de práticas alinhadas ao ensino híbrido. Esse guia foi cuidadosamente diagramado e organizado com base em princípios de design (proximidade, alinhamento, contraste, tipografia, cor, grid), buscando facilitar sua leitura e aplicação.

O conteúdo do guia é apresentado em diversas seções temáticas, incluindo:

i. Fundamentação e Contextualização

A estrutura do guia está ancorada na legislação educacional vigente, em especial no Regimento Didático-Pedagógico do IFSul, nas normativas internas da instituição e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Parte-se da constatação de que a PP e a RP careciam de orientações claras e práticas para sua operacionalização, principalmente no formato remoto ou híbrido.

Objetivos do Guia

Normatizar os procedimentos para oferta e acompanhamento da PP e RP; subsidiar pedagogicamente os docentes, oferecendo alternativas baseadas em metodologias ativas; padronizar o uso da plataforma AVA-Moodle, customizando-a para a realidade do modelo semipresencial; apoiar os alunos em seus percursos formativos, oferecendo oportunidades de superação das dificuldades de aprendizagem.

³ Disponível em: <https://ppgcited.cavg.ifsul.edu.br/wp-content/uploads/2024/09/Produto-Educacional-Colares.pdf>

ii. Organização do Guia

O conteúdo está dividido em seções que contemplam: a definição e objetivos da PP e da RP; a caracterização das situações em que essas estratégias devem ser adotadas; a proposta pedagógica para o modelo semipresencial, com ênfase no papel ativo do estudante e no protagonismo docente; a descrição das fases de desenvolvimento do plano de intervenção pedagógica, desde o planejamento até a avaliação; orientações sobre a inserção de atividades e recursos no AVA institucional, com sugestões práticas de layout, estrutura de navegação, fóruns, atividades avaliativas e acompanhamento.

iii. Propostas Metodológicas

O guia incentiva o uso de metodologias ativas como: aprendizagem baseada em projetos; estudo de caso; ensino híbrido (combinando presencial e remoto); sala de aula invertida; gamificação e uso de recursos digitais (vídeos, fóruns, quizzes, mapas conceituais).

iv. Personalização do AVA

Fornece orientações detalhadas para: criar uma “sala modelo” no Moodle com abas temáticas ou estrutura semanal; configurar atividades de diagnóstico, recuperação e avaliação final; oferecer feedback formativo contínuo; monitorar o progresso dos estudantes.

v. Documentos e Procedimentos

Inclui modelos de: plano de intervenção pedagógica; ficha de acompanhamento; roteiros de planejamento docente; rubricas avaliativas. Esses documentos visam garantir a transparência, rastreabilidade e equidade nos processos de recuperação.

vi. Considerações Finais

O guia destaca que a efetividade da PP e RP depende de uma mudança de cultura pedagógica que valorize o percurso formativo dos alunos e reconheça suas diferentes formas de aprender. Ressalta-se que a consolidação dessas práticas requer: formação docente contínua; engajamento institucional; uso estratégico das tecnologias educacionais; articulação entre coordenações pedagógicas, núcleos de apoio e docentes.

A proposta valoriza a individualização do ensino, o aproveitamento das aprendizagens anteriores e o uso eficaz das tecnologias educacionais para mitigar índices de reprovação, retenção e evasão. Ressalta-se que o guia não apenas sugere um modelo aplicável ao IFSul – Câmpus Pelotas, mas também busca dialogar com outras instituições federais e redes de ensino interessadas na qualificação de seus processos educacionais.

Por fim, o Guia é apresentado como um instrumento de apoio à docência, promovendo uma atuação pedagógica mais crítica, reflexiva e alinhada às necessidades contemporâneas dos estudantes. O impacto esperado está relacionado à elevação da permanência e do êxito escolar, além da valorização do protagonismo docente na transformação dos arranjos didáticos.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A validação do Guia de Referência para Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial foi realizada com base no Método Delphi, técnica reconhecida por sua capacidade de reunir e depurar opiniões especializadas em torno de temáticas complexas. Segundo Antunes (2014), trata-se de uma abordagem estruturada, composta por rodadas sucessivas de questionários, que visam obter consenso entre os participantes por meio da análise iterativa de respostas e devolutivas.

Seguindo a estrutura proposta por Marques e Freitas (2018), o processo de validação foi dividido em quatro etapas, compreendendo a seleção dos especialistas, elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, análise das respostas, e envio de feedback. O painel de especialistas foi composto por professores com experiência na temática da Progressão Parcial no IFSul, acrescido de uma docente com expertise em Educação a Distância.

O instrumento aplicado, via formulário digital, continha três questões abertas, permitindo ampla liberdade de expressão. As respostas foram analisadas qualitativamente por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), conforme técnica proposta por Lefèvre e Lefèvre (2005), com o objetivo de identificar as ideias centrais (ICs), organizar o Instrumento de Análise de Discurso (IAD) e construir discursos representativos do grupo.

O primeiro discurso (DSC1) demonstrou aceitação unânime do Produto Educacional. Os especialistas o consideraram claro, aplicável e completo, destacando seu potencial para orientar práticas docentes, inclusive de profissionais substitutos ou recém-ingressos. O guia foi reconhecido como uma ferramenta útil para qualificar a atuação pedagógica e contribuir com políticas institucionais de permanência e êxito escolar.

O segundo discurso (DSC2) complementou a análise ao sugerir atenção à possível burocratização do processo, alertando para a importância de equilibrar sistematização com agilidade e clareza nas rotinas docentes. Também se destacou a relevância das TDICs para a modalidade semipresencial e a necessidade de diálogo institucional contínuo para superar resistências e promover inovação pedagógica.

A obtenção de consenso e estabilidade nas respostas da primeira rodada dispensou novas aplicações do instrumento, conforme critério de saturação estabelecido por Marques e Freitas (2018). O feedback consolidado foi encaminhado aos participantes, finalizando o processo com transparência e rigor metodológico.

Esses resultados validam a proposta do Produto Educacional e reafirmam sua pertinência frente aos desafios contemporâneos enfrentados pelas instituições da Rede Federal, sobretudo no que tange à recuperação de aprendizagens e à construção de práticas pedagógicas mais equitativas e inovadoras.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou, de forma sistematizada, a análise da Progressão Parcial (PP) e da Recuperação Paralela (RP) no contexto do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) – Câmpus Pelotas, ressaltando a relevância dessas estratégias como alternativas viáveis para a mitigação dos altos índices de retenção, reprovação e evasão escolar. Inicialmente, a pesquisa teve como foco exclusivo a Progressão Parcial; contudo, ao longo da investigação, observou-se que a Recuperação

Paralela se configura como ação preventiva e complementar à PP, ampliando, assim, o escopo da proposta.

Apesar de escassa a literatura especializada que trate da aplicação prática dessas modalidades, a legislação educacional vigente e os autores utilizados como fundamentação teórica forneceram suporte sólido para a condução do estudo. A análise documental e a escuta dos sujeitos envolvidos permitiram destacar o impacto positivo que a Progressão Parcial vem apresentando no IFSul – Câmpus Pelotas, notadamente na redução das taxas de fracasso escolar.

A investigação ressaltou, ainda, a centralidade do trabalho docente na efetivação dessas estratégias e destacou o potencial das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como aliadas para reconfigurar as práticas pedagógicas em direção a modelos mais inclusivos, flexíveis e personalizados. Nessa perspectiva, a proposta foi construída em consonância com os princípios da educação cidadã, reconhecendo o papel do IFSul na formação ética, social e profissional dos estudantes, sobretudo no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

A metodologia adotada teve como eixo orientador o estudo de caso, com o apoio do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para a coleta e análise de percepções dos docentes acerca da Progressão Parcial. A partir dessas evidências, bem como da análise normativa sobre a Recuperação Paralela, foi elaborado o Produto Educacional: Guia de Referência para a Progressão Parcial e Recuperação Paralela na Modalidade Semipresencial.

Esse guia constitui-se como uma proposta concreta e aplicável, concebida para orientar o regramento, o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades pedagógicas. Sua concepção buscou, ainda, integrar recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, de modo a permitir adaptações personalizadas para a implementação da modalidade semipresencial pelos docentes.

A validação do produto foi realizada por meio do Método Delphi, assegurando rigor metodológico e escuta qualificada. O processo contou com a colaboração de especialistas que analisaram o guia e validaram sua pertinência, clareza e aplicabilidade, conforme demonstrado pelas sínteses discursivas extraídas por meio do DSC. O consenso obtido entre os participantes atestou a robustez do material proposto, sem necessidade de rodadas adicionais de avaliação.

Conclui-se, portanto, que o Produto Educacional desenvolvido poderá contribuir de maneira significativa para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à recuperação da aprendizagem. Sua adoção poderá promover uma atuação docente mais sensível às necessidades individuais dos estudantes, ampliando as possibilidades de permanência e êxito no percurso formativo.

Dada a importância do tema e as demandas educacionais contemporâneas, recomenda-se que a Progressão Parcial e a Recuperação Paralela continuem sendo objeto de estudos e aperfeiçoamentos constantes. A institucionalização e a sistematização dessas estratégias podem representar um marco na superação das desigualdades de aprendizagem, ampliando o acesso ao direito de aprender e promovendo uma educação mais justa e eficaz.

10. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Marcelo Moreira. Técnica Delphi: metodologia para pesquisas em educação no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas**, v. 19, n. 1, p. 63-71, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2616>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Disponível em: <http://www.nuted.ufrgs.br/oa/arqueads/apoio/modelospedagogicos.pdf>, 2009. Acesso em: 14 set. 2023.
- BEHAR, Patricia Alejandra. Artigo: O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. **Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 14 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 12/1997 de 8 de outubro de 1997**. Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 12/1997](http://Parecer CNE/CEB nº 12/1997), aprovado em 8 de outubro de 1997. Acesso em: 18 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 22/2000 de 8 de agosto de 2000**. Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 22/2000](http://Parecer CNE/CEB nº 22/2000), aprovado em 8 de agosto de 2000 (mec.gov.br). Acesso em: 18 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 24/2003 de 02 de junho de 2003**. Disponível em: [http:// Parecer CNE/CEB nº 24/2003](http://Parecer CNE/CEB nº 24/2003), aprovado em 02 de junho de 2003 (mec.gov.br). Acesso em: 18 abr. 2023.
- BUSS, C.S, et. al. Percepções sobre o produto educacional em mestrado profissional na área de ensino. **Ensino Tecnologia em Revista**, Londrina, v.5, n.1, p.1-13, jan/jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/13931> Acesso em: 14 set. 2023.
- GOMES, L. M. J. B.; BERG, R. S. Mestrado Profissional: reflexão e ação na Educação Básica. **Polyphonia**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/37936>. Acesso em: 14 set. 2023.
- Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Organização Didática Aprovada pela Resolução 90/2012**. Disponível em: [http://Organização Didática \(ifsul.edu.br\)](http://Organização Didática (ifsul.edu.br)). Acesso em: 18 abr. 2024.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EducS, 2005.
- MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Tradução de: Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1997.
- MATURANA, Humberto R; DÁVILA, **Ximena Paz**. Educação a partir da matriz biológica da existência humana. Revista Prelac, n.2, Chile, 2006.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Artigo Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Proposições**, v. 29, n. 2, p. 87. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0140>, 2018. Acesso em: 06 jul. 2023.

MENDES, Maria Teresa Rosa. **Progressão parcial no ensino público: novas estratégias**. Centro Universitário Unicarioca Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação. NUCAP, Rio de Janeiro, 2021.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade**. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 29, nº2, p.33-49, 2004.

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. O mestrado profissional na área de ensino de ciências e matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez., 2009. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/549>. Acesso em: 19 mar. 2023.

NASCIMENTO, Cinara O., SAINZ, Ricardo L. Aprendizagem em Ambientes Virtuais: tecendo reflexões sobre espaço relacional-emocional. **Revista Thema**, v.14, nº.4, p. 149-158, 2017.

Parecer CEB nº 1/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 1/97**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1997.

Parecer CEB nº 5/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 5/97**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 1997.

Parecer CEB nº 12/97: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 12/97**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

Submissão: 30/04/2025

Aceito: 07/08/2025